

DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA: CONSIDERAÇÕES PARA A TRADUÇÃO

PEDRO M. GARCEZ
(UFRGS)

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between linguistic diversity as communicative resource in language use and its possible implications for how we think of and practice translation. A brief review is offered about the different ways linguistic diversity surfaces in language use as a communicative resource. Regional, social and register variation are presented and discussed and a sense of what is understood here by translation is made explicit before attempts are made to address the crucial question regarding how translators may deal with the different aspects of communicatively relevant linguistic diversity in translation. Following the discussion of examples and attitudes regarding issues of regional, social and register variation in translation, the ideological choices regarding linguistic diversity are debated regarding the role of the translator within the production format of the translated text.

Instam-me a tratar do que sabemos sobre a diversidade lingüística e tradução.¹ Ora, discorrer sobre o ato tradutório é falar sobre linguagem em uso. Uma das principais pressuposições do ato tradutório é justamente a necessidade, diagnosticada com relação a um interlocutor ratificado qualquer, de se recompor alguma ação lingüística de modo a atender aos recursos e limitações deste interlocutor. Traduzimos por que alguém não vai entender, ou não vai entender bem, ou não vai entender como queremos, um texto qualquer na forma em que ele se encontra.

Se o ato tradutório envolve necessariamente linguagem em uso, envolve também uma contingência inerente à linguagem em uso, que é a diversidade de suas formas em diferentes situações, em diferentes comunidades e nos encontros dos membros de diferentes grupos que usam variedades de uma mesma língua. No caso da tradução em seu sentido mais corriqueiro, ou seja, no primeiro sentido que vem à mente, estamos

¹ Este artigo resulta da prova escrita que fez parte do concurso para professor adjunto do Departamento de Lingüística e Filologia da UFRGS em agosto de 1998. Aparece aqui como resultado do incentivo para que o submetesse para publicação que recebi de Stella Bortoni-Ricardo (UnB) e de José Luiz Meurer (UFSC), membros da banca examinadora, a quem agradeço a confiança. Contribuíram para um texto menos imprudente a leitura atenta e as sugestões de Claudia Mesquita (UFBA). As imprecisões e deselegâncias que ficam são só minhas.

falando de re-composição de uma ação lingüística em outro sistema lingüístico. Ou seja, estamos falando de linguagem em uso envolvendo diversidade em pelo menos dois sistemas lingüísticos, geralmente estanques. A diversidade inerente em cada um dos sistemas, portanto, passa a requerer atenção do tradutor pois, sendo parte integrante do processo comunicativo, tal diversidade precisa também ser considerada na leitura do texto de partida e na composição do texto de chegada, como recurso comunicativo que é.

Embora a diversidade lingüística envolva aspectos diversos, em vários níveis de concretude e abstração lingüística e extralingüística, cabe iniciarmos uma reflexão sobre as suas implicações para a tradução partindo das descobertas alcançadas nas últimas décadas de pesquisa sociolingüística. Se já desde o século XIX os filólogos estabeleciam com certa clareza a verdade de que as línguas mudam e, portanto, apresentam normas diversas à medida em que a mudança vai se dando no decorrer do tempo e à medida em que grupos de usuários percorrem caminhos diversos enquanto se alteram os seus sistemas lingüísticos, é na segunda metade do século XX que a Lingüística e, em especial, a Sociolingüística, torna conhecimento estabelecido a noção de *regra lingüística variável*. Ou seja, sabemos que há heterogeneidade sistemática nos sistemas lingüísticos (Tarallo, 1991) e sabemos que estão disponíveis ao falante diversas formas de se “dizer a mesma coisa”, formas que podem ser igualmente possíveis, carregando o mesmo valor lingüístico referencial (no sentido estrito do termo), sendo, portanto, igualmente “corretas” deste ponto de vista.

Contudo, sabemos também que estas formas alternativas não têm necessariamente o mesmo valor informativo, comunicativo ou social. Deste ponto de vista pragmático, há casos em que a eleição de uso de uma forma alternativa em detrimento de outra tem grande saliência e relevância e, em outros casos, nem tanto. Há formas alternativas cuja diferença “faz pouca diferença” e há formas alternativas cuja diferença “faz muita diferença”. A Sociolingüística dedica grande parte de seu esforço à descrição destas formas alternativas e à explicação quanto a que tipo de diferença elas fazem no uso da linguagem. O que importa para nossa discussão aqui, entretanto, é percebermos que haver diversidade e heterogeneidade no sistema lingüístico em uso “não significa perda de sistematicidade” (Tarallo, 1991: 34). Ao contrário, diversidade e heterogeneidade fazem parte dos recursos, balizas e inibições que o sistema lingüístico oferece aos seus usuários para a prática comunicativa na ação social e, assim, como recursos comunicativos, são dignas de atenção do tradutor, transcomunicador da linguagem.

Vejamos, então, qual a natureza desta diversidade e como ela opera comunicativamente. Grosso modo, há diversidade dialetal, regional e social, e diversidade de registros. Tratemos de cada uma delas em separado, ainda que brevemente.

A diversidade regional e a diversidade social são também tratadas conjuntamente como variação dialetal, sendo os usuários de certas formas alternativas considerados usuários de um dado dialeto, ou variedade da língua, ligado à sua região geográfica ou classe social de origem. A diversidade regional representa “a variação que acontece entre pessoas de diferentes regiões em que se fala a mesma língua” (Travaglia, 1997: 42), pela influência que a região sofreu em sua formação ou pela polarização

socioeconômica, política ou cultural entre os falantes da região que os leva a um comportamento lingüístico que os identifica. Assim, temos sinais que são claramente construídos como dados lingüísticos e comunicativos em encontros entre falantes de variedades regionais diversas de uma mesma língua e que lhes permitem inferir a procedência um do outro como iguais ou diferentes, isto com certa facilidade. No caso brasileiro, um falante do RS poderá reconhecer e ser reconhecido como tal ao falar com um falante do RJ. As diferenças que são sinais salientes para os falantes, neste caso, em geral são de ordem fonética e lexical, e poucas vezes morfossintáticas, mas podem ser significativas. Estas diferenças podem “não fazer diferença” do ponto de vista proposicional, da compreensão entre os interlocutores, mas quase sempre “fazem diferença” do ponto de vista do prestígio ou estigma que certas formas regionais têm na comunidade lingüística mais amplamente. Por exemplo, um dialeto britânico, especialmente uma variedade tipicamente não-rórica (isto é, em que o r pós-vocálico não é pronunciado), é visto nos Estados Unidos como prestigioso e será utilizado em locuções de publicidade em rádio e televisão para agregar uma chancela de sofisticação e “propriedade” ao produto anunciado. O mesmo não opera na comunidade lingüística da língua portuguesa, em que a variedade de prestígio na nação onde a língua é autóctone, Portugal, não tem abrangência como padrão de prestígio ou sinal de sofisticação na maior nação de fala portuguesa, o Brasil.

O mesmo tipo de fenômeno, mas com amplitude e conseqüências talvez mais profundas, mais centrais e mais amplas para a vida dos usuários de uma língua, se dá com relação à diversidade social. Neste caso, em uma mesma parcela de usuários de uma língua que habitam o mesmo espaço geográfico, temos formas alternativas de uso do sistema lingüístico. Novamente neste caso, algumas diferenças fazem mais diferença do que outras. Os estudos pioneiros de Bortoni-Ricardo (1985), Marcuschi (1975) e Tarallo (1986), por exemplo, descrevem e discutem estas diferenças no âmbito da comunidade lingüística brasileira.

Não há dúvida de que, no caso da variação social, há muitas vezes uma valoração de prestígio ou estigma, conforme for o caso, associada ao uso de certas formas alternativas, pautadas amiúde pela medida em que tais formas se distanciam da norma padrão da língua, utilizada pela classe dominante. No entanto, há formas que, sim, divergem do padrão e no entanto não são estigmatizadas, como no caso dos usos da forma mim como pronome sujeito em alguns dialetos brasileiros (Marcuschi, 1998: 110), ou da forma vim como forma infinitiva por grande parcela dos falantes cultos do português brasileiro.

As formas estigmatizadas, aquelas que chamam a atenção do interlocutor como marcadoras de uma identidade “outra” – que não a própria – são muitas, de muitas ordens, variando segundo idade, sexo, geração e função do falante, e merecem especial atenção no processo tradutório, de que voltaremos a nos ocupar em detalhe em breve. Por ora, basta-nos dizer que, como resume Tarallo (1991), prestígio ou estigma propulsionam o uso de uma variante, isto é, condicionam a escolha entre as alternativas que o sistema lingüístico apresenta ao usuário da língua em uma comunidade para “dizer a mesma coisa”.

Comunicativamente, é importante lembrar que tais escolhas, se não necessariamente deliberadas, fazem parte das projeções de identidade que o usuário co-constrói no uso da linguagem em interação (Goffman, 1979/1998b; Gumperz, 1982; Ochs, 1993). Com isso, quer-se dizer que, ao passo que a escolha de uma certa variante social por um falante pode ser categórica, ou seja, ser realizada em 100% dos contextos em que poderia ocorrer, ela pode também variar de acordo com fatores tais como o grau de segurança que o falante tem quanto à identidade que quer projetar, por exemplo. Os estudos de Labov (e.g., 1972), expoente maior da Sociolinguística Variacionista (Bortoni-Ricardo, 1997), demonstram com clareza a insegurança linguística das classes sociais médias-baixas no fenômeno conhecido como *hipercorreção*, em que o usuário extrapola o uso de uma variante de prestígio a contextos em que a regra não opera. Um exemplo disso é o uso da marca redundante de plural em sintagmas nominais do português brasileiro (PB). Pela tensão entre, de um lado, a tendência de desaparecimento da marcação redundante nas variedades não-padrão, inclusive na fala coloquial brasileira culta, e, de outro lado, o estigma associado à ausência das marcas de plural, temos ocorrências como “são candidatos muitos bons”, “Dona Beatrizes”, “tenho direito a uma féria que não me deram ano passado”, ou “nós choramos muitos”, esta dita pela esposa de um transplantado em entrevista ao Jornal Nacional (07/01/99) quando perguntada sobre sua reação ao gesto de doação que salvou a vida do marido.

Além desses dois tipos de diversidade linguística e em conseqüência deles talvez, temos o terceiro tipo de diversidade a ser tratado aqui, que é a variação de registro, ou grau de formalidade, modo e sintonia no uso da linguagem de acordo com a situação definida em conjunto pelos participantes do encontro comunicativo e social. O grau de formalidade tem a ver com em que medida os usuários estão pautando sua conduta linguística com relação às normas de prestígio, ou então com o seu grau de atenção a critérios estéticos ou ritualísticos na utilização dos recursos da linguagem. Formas alternativas, adequadas a esta ou aquela situação social (Goffman, 1964/1998a), neste caso, podem não ser em uma terceira situação social.

O mesmo se dá quanto à modalidade em que se está utilizando a linguagem, nos casos de comunidades que utilizam a língua escrita. Neste caso, como ocorre na comunidade linguística que utiliza o PB, pode haver uma grande distância entre as formas utilizadas para se *dizer* e para se *escrever* a mesma coisa (Pinto, 1986; Britto, 1997). A representação da língua falada em textos escritos, nessas comunidades, se dá em meio a uma tensão que traz desafios ao ato tradutório, como discutirei em breve.

Por fim, há diversidade de registros em termos do que Travaglia (1997: 56) chama de sintonia, ou “o ajustamento na estruturação de seus textos que o falante faz, com base em informações específicas que tem sobre o ouvinte”, em dimensões de *status*, tecnicidade, cortesia e norma. Pela opção entre formas distintas de se dizer a mesma coisa, são propostas, no que Halliday chama de plano interpessoal, a relação de poder, deferência ou solidariedade com o outro, as posições de *status* de conhecimento sobre certas coisas e fenômenos próprias e do outro, os sinais de agressividade, carinho ou respeito. Por estas opções, busca-se angariar complacência ou favores do outro.

No caso da diversidade linguística na variação de registros, tem-se, talvez mais evidentemente do que nos outros tipos de diversidade discutidos anteriormente, a visão

de que os falantes de uma língua, ao utilizarem a diversidade paradigmática inerente ao sistema em uso, podem muitas vezes ser multilíngües em sua própria língua. Na medida em que o são, estes falantes se diferenciam na capacidade ou competência comunicativa de utilizar os recursos contidos na heterogeneidade sistemática no uso da língua, no intuito de comporem identidades diversas e atuarem socialmente do modo que lhes seja mais proveitoso na situação que identificam como norteadora do seu comportamento lingüístico, comunicativo e social.

Em resumo, o que foi dito até aqui é que a diversidade lingüística é parte integrante do uso da linguagem e que a escolha entre as formas diversas de se dizer as coisas importa para o que constitui a ação comunicativa. Foi dito no início desta discussão, também, que o ato tradutório, como cenário de linguagem em uso, deve fazer uso dos recursos oferecidos pela diversidade lingüística e atentar para as inibições que ela impõe para a ação comunicativa. Passemos, então, ao exame de como isto se dá.

Inicialmente, cabe um momento para marcarmos uma posição sobre o que se entende, afinal, por ato tradutório. Não se trata aqui de reproduzir os grandes debates sobre o ato de traduzir, que podem ser consultados em, por exemplo, Bell (1991), Hatim & Mason (1990, especialmente o capítulo 1), Arrojo (1986) ou, mais recentemente, Snell-Harby, Pöchhacker & Kainal (1997) e Bassnett & Trivedi (1999), mas sim, de enquadrar a discussão que se segue sobre as implicações da diversidade lingüística para a tradução.

Como já foi dito no início, traduz-se alguma coisa porque se avalia que o destinatário do texto não poderá processar ou consumir o texto tal como ele existe, ou que não o fará como desejam os produtores do texto. Sem perder esta premissa de nosso campo de visão, queremos identificar no ato tradutório um processo de, singelamente, nas palavras de Tarallo (1991), “fazer equivalerem” formas lingüísticas distintas e sistematicamente diversas. Ou, ainda, nas palavras sempre arrojadas de Haroldo de Campos (1991), um processo de transcriar ou transfigir. Neste processo, temos variação, ou diversidade, no sistema lingüístico de partida, no sistema de chegada, no momento de trânsito, na ação do tradutor e na ação e reação ideológica dos diversos processadores do texto em seu percurso até chegar ao interlocutor que motivou a deflagração do processo tradutório.

Trata-se, como se sabe, de processo complexo, espinhoso mesmo, este de transcriar, transigir, transfigir e, assim, re-compor o que antes existia em estado avaliado como inacessível ou impróprio ao interlocutor que se quer ratificar, em um outro estado que (se avalia) dará a este interlocutor os recursos e as balizas para então interagir com o material traduzido em condições plenas de interlocução. Como fazer isso levando em conta a diversidade lingüística apontada em suas linhas gerais até aqui é a pergunta que Tarallo (1991: 42-44) tão corajosamente responde dizendo: “nem sempre o transporte pode ser resolvido dentro do mesmo limite gramatical, isto é, os componentes gramaticais freqüentemente se cruzarão, cabendo ao apuro intelectual e à sensibilidade sociolingüística do tradutor não tentar resolver tal tipo de situação unicamente através do léxico, ou em última instância, das famosas ‘notas do tradutor’. ... Neste sentido, fundem-se conteúdo (carga semântica de informação do texto), forma

(elementos intrínsecos à língua) e fôrma lingüística (moldagem co-textual), todos os três significativos em si próprios, e significativos como um complexo”.

À luz dos tipos de diversidades lingüísticas apresentados anteriormente, o que isto quer dizer em termos das implicações que estas diversidades possam ter para a tradução?

Começando novamente pela variação dialetal regional, temos pelo menos dois grandes âmbitos de implicações, relativas à tradução intralingual e à tradução que envolve tensão intralingual no texto de partida.

A tradução intralingual é, muitas vezes, discutida com o intuito didático ou retórico de se apontar e ter em mente o fato de que, como usuários de uma língua, estamos sempre a traduzir, em algum sentido, de uma variedade para outra dentro da própria língua (única ou preferencial) que usamos na situação interacional presente. Quero dizer “tu viu que foi aquele loiro que quebrou a patente?”, mas, diante de meu interlocutor monodialeto do interior da ilha de Santa Catarina, digo “visse que foi o galego ali que quebrou o bacio?” e, se quiser pôr em segundo plano minha identidade gaúcha diante de um interlocutor paulista, digo “você viu que foi aquele loiro que quebrou a privada?”.

Tendo em mente o sentido corriqueiro e tradicional que surge quando se pensa no ato da tradução, no entanto, é rara a referência na literatura acadêmica feita à tradução (especialmente escrita) entre duas variedades de uma mesma língua. A partir disso, se pensaria que tal não ocorre e, talvez, dentro do território brasileiro de fato não ocorra formalmente na escrita.² Interessantemente, no entanto, esta prática se dá em relação à língua portuguesa, como língua de chegada em geral, em tradução do inglês nos Estados Unidos. Neste país, raros são os tradutores de língua portuguesa que oferecem seus serviços sem a ressalva expressa de que trabalham exclusivamente com apenas uma das variedades continentais, européia ou brasileira. Como resultado disso, é comum a tradução intralingual de uma variedade para a outra, por exemplo, no caso de uma empresa que deseja ter material escrito disponível para suas operações na Europa e “em África” e também no Brasil. Há casos em que, já havendo o material em uma variedade de português, procede-se à tradução intralingual à outra, sem recurso à língua original do texto em sua versão primeira em inglês.

Nestes casos, envolve-se a necessidade de conhecimento interdialeto em nível bastante extenso das “formas de se dizer a mesma coisa” em cada lado do Atlântico, de modo que se tornam menos inusitados textos como, por exemplo, o de autoria de Jô Soares, reproduzido por Travaglia (1997: 43-44), em que um intérprete intermedia a comunicação entre um governante brasileiro e um governante português; ou, ainda, o do manual de sobrevivência em Portugal para falantes de PB, *Schifaizfavoire*, escrito pelo telenovelistas Mario Prata (1993), fruto de sua experiência como usuário do PB confrontado com a necessidade de compor textos tendo falantes de PE como interlocutores ratificados.

De outro lado, e bem mais corriqueiramente, temos a segunda grande razão por que a variação interdialeto é relevante para o ato de traduzir: os textos de partida que

² Mas talvez a paráfrase que os jornalistas de rádio e televisão fazem da fala especializada de seus entrevistados para o público leigo possa ser vista como tradução intralingual. (Agradeço a Margarete Schlatter por esta percepção.)

trazem em si próprios a tensão da alternância de formas diversas como elemento de sua construção. Um exemplo disso são as obras literárias em que diferentes personagens são falantes de dialetos regionais diversos, ou então em que os personagens ou narradores alternam significativamente o uso de formas regionais diversas. Casos como estes são, por exemplo, obras como o romance vencedor do Booker Prize de alguns anos atrás, Trainspotting, de Irvine Welsh, escrito na variedade dialetal de Glasgow, a mesma variedade de inglês que utilizam os personagens da obra cinematográfica homônima e que faz do uso dialetal da língua inglesa na Escócia um fator a mais de choque para a construção do estranhamento a que são submetidos, por exemplo, os espectadores norte-americanos.

Como fazer surgir na obra transcrita o dialeto regional é sempre uma questão delicada na tradução, mas que não deve ser ignorada pelo bom tradutor, ou seja, o praticante reflexivo e consciente do ato tradutório. Aqui, as palavras de Tarallo (1991), alertando para a armadilha da solução fácil, operada pela simples “cor lexical”, são especialmente apropriadas. Neste caso, o que sabemos sobre a diversidade dialetal regional no uso da linguagem indica que simplesmente utilizar palavras reconhecíveis como oriundas de dialetos regionais no texto transcrito pode ser contraproducente se, como no caso de Trainspotting, por exemplo, resultar em nenhum estranhamento, mas talvez, em vez disso, constituir um foco de reações condescendentes em relação aos personagens e sua ação comunicativa e social.

De forma semelhante ao que acontece com as diversidades regionais nos exemplos recém discutidos, a diversidade social é também com frequência explorada na construção de obras artísticas como recurso temático ou mesmo de criação. A obra de Lippi-Green (1994, 1997) apresenta o que talvez seja o tratamento mais sistemático e recente acerca destas questões, especialmente em termos de suas análises do uso de “sotaques” nas obras de animação da *Walt Disney Productions*.

Sobre a prática da tradução frente ao desafio de se transcriber um texto com grande tensão interdialetal social em sua construção, é relevante para a presente discussão o trabalho de tradução e de doutoramento de O’Shea (1989). Trabalhando na tradução de Wise Blood, novela de Flannery O’Connor, escritora do sul dos Estados Unidos, O’Shea debateu-se criativamente para compor o texto brasileiro em Sangue Sábio (lançado pela editora Siciliano). Sem a diversidade dialetal social (e regional) que pontua toda a obra em seu texto de partida, o texto brasileiro perderia um recurso evidente de criação artística. O’Shea foi deliberadamente buscar ferramentas na Sociolinguística Laboviana, de modo que pudesse criteriosamente tomar decisões que possibilitassem a recomposição dos efeitos engendrados pela tensão interdialetal no texto em inglês de forma acessível ao leitor de PB.

Um exemplo de experiência no enfrentamento deste tipo de desafio no âmbito da língua falada pode ser apontado com relação à legendagem em inglês dos filmes Métisse e La Haine, do diretor francês Mathieu Kassovitz (Riding, 1996). Ambas estas obras fazem da heterogeneidade sociolinguística um elemento chave de suas composições. Na legendagem em inglês de Métisse, foram usadas formas linguísticas típicas das variedades do inglês não-padrão faladas nas comunidades de baixa renda dos centros urbanos norte-americanos, o que resultou na alienação das platéias norte-americanas que

assistiram ao filme, segundo a percepção de Kassovitz. Observe-se que se trata de platéias pouco habituadas à leitura de legendas que, neste caso, eram obrigadas ainda a ler legendas em língua não-padrão e, portanto, tinham sua atenção desviada da imagem. O diretor solicitou então que não se utilizasse este recurso na legendagem de La Haine (Riding, 1996), seu filme seguinte, que enfoca a vida de três jovens nascidos na França em famílias imigrantes (africana, árabe e judia) e que falam uma variedade não-padrão do francês, pouco compreensível mesmo para falantes de outras variedades de francês, mas cujo uso é indissociável da obra narrativa cinematográfica que deu a Kassovitz o prêmio de melhor direção no Festival de Cannes de 1995. Marcando ainda mais a heterogeneidade sistemática no uso da linguagem nesta composição, os personagens muitas vezes falavam *verlan*, uma inversão de ordem de sons e sílabas que cifra certas palavras. Os dois profissionais a quem foi dada a tarefa de compor as legendas para platéias anglófonas optaram pela simplicidade e nem sequer tentaram reproduzir quaisquer marcas lingüísticas específicas. Vulgarismos e expletivos conhecidos foram usados em grande profusão e várias referências alteradas de modo a permitir a compreensão das falas, sem chamar atenção às legendas, mas ainda assim modalizando o tom irado do discurso dos personagens. Interessantemente, membros francófonos da platéia que assistiu à exibição do filme legendado em inglês em Cannes relataram sua satisfação em dispor das legendas em inglês como auxílio para a compreensão da “gíria francesa”.

Assim, retornando ao cerne de nossa discussão ainda no que tange a diversidade social, a experiência de Kassovitz confirma o que a Lingüística nos diz sobre variação lingüística. Nem tudo o que varia sistematicamente é foco de atenção e de marcação de prestígio e estigma pelos falantes e nem tudo pode ou deve ser marcado em tradução. Quanto àquelas diferenças que são vistas pelos usuários da língua como as que “fazem diferença”, e que são marcadas quanto a prestígio e estigma, a reflexão (socio)lingüísticamente informada também nos faz ver que não é preciso operar o transporte da marca de prestígio ou estigma necessariamente no item lexical que vem a ser a contraparte semântica do item em que ela aparecia no texto de partida. Isto liberta o tradutor para que revise o efeito no texto de chegada, tendo por critério o seu efeito comunicativo, sem perder de vista o aspecto formal, mas utilizando-se de sua sensibilidade lingüística e cultural e dos recursos oferecidos pela diversidade sistemática da língua de chegada, de modo a permitir que o seu interlocutor ratificado tenha os meios de perceber e processar insumos lingüísticos e comunicativos que compõem efeitos de ordem semelhante, se possível e desejável, como poderiam ser percebidos pelo interlocutor que tem trânsito livre ao texto de partida.

As questões de diversidade lingüística dialetal, regionais e sociais, bem como suas implicações, conforme tratado até aqui, convergem de forma complexa quando chegamos ao que denominamos, com Travaglia (1997) e outros, variação de registro.

Tomemos a variação no âmbito da formalidade e da polidez, ou cortesia (Goffman, 1959/1989; Brown & Levinson, 1985). As alternativas de se “dizer a mesma coisa”, comunicando alinhamentos interpessoais diferentes, por recurso às alternativas no sistema lingüístico, não são necessariamente operadas no mesmo lugar do sistema lingüístico em línguas diferentes. Conforme discuti anteriormente com relação ao ato

tradutório de inglês para PB (Garcez, 1992), o sistema de formas de tratamento em língua inglesa não tem recurso a formas pronominais diferenciadas que marcam solidariedade ou poder, ao contrário do que acontece em língua portuguesa, na qual se faz pela opção sistemática entre tu / você vs. o senhor / a senhora. No entanto, o usuário de inglês opera este mesmo tipo de efeito comunicativo por recurso às formas nominiais de tratamento vocativo, pela combinação de títulos e primeiros nomes ou sobrenomes, de forma dessemelhante ao que acontece em PB, em que a oposição entre Seu José e Seu Moreira é pouco relevante.

Neste caso, cabe ao tradutor atentar para o valor comunicativo, ou pragmático se quiserem, das formas sistematicamente alternativas, a fim de transportar os efeitos de ordem interpessoal operados no texto de partida. Novamente, o critério recomendado a partir da reflexão informada pela teoria lingüística e sociolingüística é re-compor, ou transpor, evidências lingüísticas de modo a dar ao interlocutor ratificado, usuário da língua de chegada, condições de processamento do texto que sejam no mínimo tão boas quanto as condições já disponíveis ao leitor ratificado na língua de partida.

Por fim, o quadro apresentado até aqui estaria muito incompleto se não refletíssemos sobre uma questão muitas vezes alijada das reflexões sobre o ato tradutório, ou, então, tratada como algo à parte das questões e implicações contempladas até aqui. Refiro-me ao tratamento ideológico com relação à diversidade lingüística que é dado ao texto em tradução durante seu percurso até se estabilizar como texto final e até chegar ao leitor ratificado que motivou o processo tradutório.

Tomemos o exemplo das formas pronominais possessivas em terceira pessoa no PB. Ora bem, as formas padrão seriam idênticas em

A moça_i perdeu o seu_i livro.

tanto no caso de o objeto “livro” pertencer ao interlocutor ratificado da elocução (no caso de uso de você ou o senhor / a senhora, etc.), e também o caso co-referencial, ou seja, no caso de o livro pertencer à própria moça. Conforme descreve Oliveira e Silva (1996a, 1996b), esta segunda leitura não corresponde ao uso da língua oral no Brasil, em que o usuário diria: A moça perdeu o livro dela. Diante da tarefa de recompor uma representação escrita da língua falada, digamos em um diálogo reproduzido ou criado ficcionalmente dentro de um texto escrito em inglês, o tradutor informado e sensível em nível ótimo conforme sugerido até aqui, refletiria sobre a elocução

She lost her book.

e optaria por fornecer ao leitor brasileiro: Ela perdeu o livro dela. No entanto, questões de ordem ideológica, isto é políticas, passando por questões de adequação de diversidade lingüística quanto às modalidades escrita e falada do PB, levam a textos finais diferentes, mesmo que o tradutor faça a mesma opção. A TV Globo, por exemplo, exige o uso de dela e dela por parte de seus roteiristas de teleficção e mesmo em textos formais, escritos para serem lidos, como o noticiário de telejornal. Com Caetano Veloso (in Franchetti & Pécora, 1987: 127), “ouçamos com atenção os deles e os delas da TV

Globo”. No caso de o tradutor optar pelo padrão castiço, seu texto será revisado para PB-oral-corrente-contemporâneo, ou seja, “pós-estertores do seu/sua co-referencial em terceira pessoa” (Oliveira e Silva, 1996a, 1996b).

O oposto pode ocorrer no caso da tradução literária de um romance policial, por exemplo. Tendo o tradutor optado por dele(s) e dela(s) nos diálogos entre os personagens, os revisores, por orientação da casa editora, alteram a opção em favor de seu / sua co-referencial, em atitude conservadora, mas comercialmente plausível – a casa editora avalia que os leitores ratificados que motivam a tradução do texto identificam diálogo artificial com o gênero romance policial (editado em tradução no Brasil). Ou seja, argumenta-se que o gênero policial em PB é marcado em parte por um sistema de tratamento entremeado de inglês.

Com isso quer-se dizer que o tradutor, além de uma compreensão dos processos e do mapeamento da diversidade lingüística como elemento sistemático no uso da linguagem, que deve ser usado a seu favor, precisa também ter em vista a valoração atribuída às realizações concretas da diversidade lingüística feita pelas pessoas *para quem* ele traduz. E *para quem ele traduz* inclui não só os consumidores finais do texto, mas também os responsáveis (Goffman, 1979/1998b) pelo texto (como a casa editora).

Neste aspecto, é interessante atentar para as condições de produção do texto dentro da desconstrução das noções de falante e ouvinte propostas por Goffman (1979/1998b) e ampliadas por Clark (1996). Quem produz, o dito falante, pode ser simplesmente o animador da produção lingüística e comunicativa, ou pode ser autor desta produção, ou ainda o próprio responsável, não sendo necessariamente o caso de um mesmo usuário da linguagem ocupar estas três posições na produção de uma elocução qualquer. De maneira análoga, temos a desconstrução da noção de ouvinte entre ouvintes ratificados, não-ratificados, circunstantes ou intrometidos. O tradutor, embora incorporando meramente o papel de re-autoria, tem compromissos múltiplos com os demais habitantes dos outros papéis, e opera entre (no mínimo) duas tradições lingüísticas e culturais. Sua tarefa é espinhosa, em grande parte, porque a diversidade lingüística opera sistematicamente em cada nível do esquema de participação.

Cabe frisar que não se trata aqui de querer dizer com isso que o ato tradutório está condicionado a reproduzir o texto de chegada identicamente em todos os seus aspectos. Isto seria voltar à situação descrita por Arrojo (1986) na discussão do conto “Pierre Menard”, de J. L. Borges, em que, neste esforço, o tradutor acaba por reproduzir o texto de partida tal e qual ele já existia, deixando-o como a princípio, inacessível ao interlocutor ratificado que motivou o ato tradutório. Significa, isto sim, dizer que o tradutor deve estar atento aos recursos e possibilidades, bem como às balizas e inibições que a diversidade lingüística intrínseca ao uso da linguagem coloca diante dele, não porque deva reproduzir toda e qualquer de suas ocorrências, mas porque deve levá-las em conta em sua tomada de decisões, até mesmo se sua intenção for a de transgredir o texto de partida (sobre isso, ver as contribuições em Basnett & Travedi, 1999).

Conforme afirma Bortoni-Ricardo (1981: 52-53), “a constatação de que a função interacional pode condicionar a natureza da forma lingüística é ainda mais relevante no caso de estudos contrastivos entre dois sistemas lingüísticos, dentre os quais ... a teoria da tradução”. Assim, “considerando que as estruturas lingüísticas de cada idioma são

condicionadas por normas sociais sujeitas a grandes variações interculturais, segue-se que a abordagem sociolinguística pode prestar contribuição relevante à teoria [e, eu acrescento, à reflexão sobre a prática quotidiana] da tradução”.

Não há dúvida de que nem a teoria nem a prática da tradução precisam da Linguística (cf. Arrojo, 1998). No entanto, como em outros campos da atividade humana, a prática consciente aliada à reflexão informada produz avanços tanto para uma prática mais produtiva e proveitosa quanto para uma teoria que descreve os fenômenos da prática. Destarte, queremos crer que o conhecimento das questões relativas à diversidade linguística e ao seu lugar no mundo como recurso comunicativo tem implicações amplas, profundas e mútuas para a prática do ato tradutório.

REFERÊNCIAS

- ARROJO, R. (1986). Oficina de tradução. São Paulo: Ática.
- _____. (1998). Os ‘Estudos da Tradução’ como área independente: Dilemas e ilusões de uma disciplina em (des)construção. DELTA, 14(2), 423-424.
- BASSNETT, S., & TRIVEDI, H. (1999). Post-colonial translation: Theory and practice. Londres: Routledge.
- BELL, R. (1991). Translation and translating: Theory and practice. Londres: Longman.
- BORTONI-RICARDO, S. M. (1981). Por que a tradutologia precisa do sociolinguista? In D. de Mattos (Org.), Estudos de tradutologia I (pp. 50-66). Brasília: Kontakt.
- _____. (1985). The urbanization of rural dialect speakers. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1997). Variationist sociolinguistics. In D. Corson & N. Hornberger (Orgs.), The encyclopedia of language and education (Vol. 8, Research methods in language and education, pp. 59-66). Dordrecht/Boston/Londres: Kluwer.
- BRITTO, L. P. L. (1997). A sombra do caos: Ensino de língua X Tradição gramatical. Campinas: ALB e Mercado de Letras.
- BROWN, P., & LEVINSON, S. C. (1987). Politeness: Some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press.
- CLARK, H. (1996). Using language. Cambridge: Cambridge University Press.
- FRANCHETTI, P., & PÉCORA, A. (Orgs.). (1987). Literatura comentada: Caetano Veloso. 2a ed. São Paulo: Nova Cultural.
- GARCEZ, P. M. (1992). English into Brazilian Portuguese: The problems of translating forms of address in literary dialogue. Ilha do Desterro, 28, 155-165.
- GOFFMAN, E. (1989). A representação do eu na vida cotidiana (M. C. S. Raposo, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. Publicado originalmente em (1959). The presentation of self in everyday life. Garden City, NY: Doubleday.
- _____. (1998a). A situação negligenciada (P. M. Garcez, trad.). In B. T. Ribeiro & P. M. Garcez (Orgs.), Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso (pp. 11-15). Porto Alegre: AGE. Publicado originalmente em (1964). The neglected situation. American Anthropologist, 66(6), 133-166.

- _____. (1998b). Footing (B. Fontana, trad.). In B. T. Ribeiro & P. M. Garcez (Orgs.), Sociolingüística Interacional: Antropologia, Lingüística e Sociologia em Análise do Discurso (pp. 70-97). Porto Alegre: AGE. Publicado originalmente em (1979). Footing. Semiotica, 25, 1-29.
- GUMPERZ, J. J. (1982). Discourse strategies. Cambridge: Cambridge University Press.
- HATIM, B. & MASON, I. (1990). Discourse and the translator. Londres: Longman.
- LABOV, W. (1972). Sociolinguistic patterns. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- LIPPI-GREEN, R. (1994). Accent, standard language ideology and discriminatory pretext in the courts. Language in Society, 23(2), 163-198.
- _____. (1997). English with an accent: Language, ideology and discrimination in the United States. Londres: Routledge.
- MARCUSCHI, L. A. (1975). Linguagem e classes sociais. Porto Alegre: Movimento.
- MARCUSCHI, L. A. (1998). A língua falada e o ensino de português. In N. B. Bastos (Org.), Língua portuguesa: História, perspectivas, ensino (pp. 101-120). São Paulo: EDUC.
- O'SHEA, J. R. (1989). Wise Blood as Sangue sábio: A literary translation into Brazilian Portuguese. Tese de doutoramento, Universidade da Carolina do Norte, Chappel Hill.
- OCHS, E. (1993). Constructing social identity: A language socialization perspective. Research on Language and Social Interaction, 26(3), 287-306.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. (1996a). Estereótipos da forma *seu* de terceira pessoa na língua oral. In G. M. O. S & M. M. P. Scherre (Orgs.), Padrões sociolingüísticos: Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro (pp. 169-182). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. (1996b). Estereótipos da forma *seu* de terceira pessoa na língua oral: Resultados sociais. In G. M. O. S & M. M. P. Scherre (Orgs.), Padrões sociolingüísticos: Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro (pp. 295-308). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro e Departamento de Lingüística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PINTO, E. P. (1986). A língua escrita no Brasil. São Paulo: Ática.
- PRATA, M. (1993). Dicionário de português schifaiZFavoire: Crônicas lusitanas. São Paulo: Globo.
- RIDING, A. (1995, janeiro). A raw French film survives translation. The New York Times, p. H-20.
- SNELL-HORNBY, M., Pöchhacker, F. & Kainal, K. (Orgs.). (1997). Translation studies: An interdiscipline. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins.
- TARALLO, F. (1986). A pesquisa sociolingüística. São Paulo: Ática.
- _____. (1991). Aspectos sociolingüísticos da tradução. In M. Coulthard & C. R. Caldas-Coulthard (Orgs.), Tradução: Teoria e prática (pp. 33-46). Florianópolis: Editora da UFSC.
- TRAVAGLIA, L. C. (1997). Gramática e interação: Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. (2ª ed.). São Paulo: Cortez.